



Anais da Assembléia

Nº 27

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

SESSÃO ESPECIAL
USINA DE SALTO CAXIAS

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus declaro aberta esta Sessão Especial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quando nós Deputados Estaduais, COPEL, Instituto Ambiental do Paraná e entidades do nosso Estado, debateremos, assuntos relativos à construção da Usina de Salto Caxias - pela COPEL, conseqüentemente pelo Governo do Estado do Paraná. Inicialmente eu concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino que preside a Comissão Especial que foi formada pela Assembléia Legislativa para acompanhar este assunto.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, entidades aqui presentes nesta Sessão Especial. Faz-se necessário uma introdução, uma explanação sobre a razão desta Sessão que a Comissão Especial sugeriu e a Presidência desta Casa, em acordo, acatou a nossa sugestão e a Sessão foi convocada para debater este assunto.

O Estado do Paraná é preciso dizer que é um grande produtor de energia elétrica neste País. É público e notório que nós sabemos, a imprensa tem noticiado, as autoridades têm declarado que o Paraná exporta 75% da energia que aqui produz. Não a COPEL, o Estado do Paraná através das outras subsidiárias como a própria Itaipu, Eletrosul, entre outras. Os rios do Paraná, principalmente o Rio Iguaçu, que é onde se construirá a hidrelétrica de Salto Caxias, é um rio muito rico em quedas d'água e que propicia a construção de hidrelétricas no nosso Estado. Além de outros rios sem dúvida nenhuma.

Mas, fazendo um histórico, o Rio Iguaçu já detém hoje, em funcionamento, a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, de Salto Segredo, de Salto Santiago, de Salto Osório e agora o Projeto em discussão da construção da Hidrelétrica de Salto Caxias. E ainda existem outros projetos, além do Salto Capanema que é uma hidrelétrica projetada, onde atingiria grande parcela do Parque Nacional do Iguaçu e que por movimento do povo, de entidades, a própria Eletrosul, se não me engano que era a concessionária daquela obra, suspendeu por tempo indeterminado e a população entende não necessária e que não se deve construir aquela hidrelétrica. Mas o Rio Iguaçu está praticamente uma escada após a construção de Salto Caxias, desde lá quase à sua foz até chegando aqui, praticamente, em União da Vitória.

Quando se discute energia elétrica vem logo uma dúvida porque muitas vezes nós ouvimos entidades ambientalistas, movimen-

tos sociais organizados questionando a construção das hidrelétricas. Então há dois lados nessa questão: há o lado do progresso, da necessidade de energia elétrica para que o Estado ou o país tenha respondida a sua demanda, a necessidade de crescimento econômico, de instalação de indústrias e assim por diante. Como há também um outro lado da moeda que são os problemas sociais gerados pela construção de hidrelétricas e não estamos falando especificamente na questão de Salto Caxias, mas no conjunto do Estado do Paraná que já cedeu hoje, considerando os nossos rios, o nosso potencial, milhares e milhares de hectares de terra onde a nossa produção foi diminuída, onde áreas que não mais irão produzir alimentos para o povo do Paraná, que estão inundadas, para ceder esse progresso ao país e ao Estado.

Hoje há um questionamento nesta Casa, das autoridades do Estado, sobre a legislação vigente, em que nós produzimos energia para que outros Estados recebam ICMS do prejuízo que o Paraná teve em ceder o seu povo e as suas terras, trazendo os problemas para o Paraná, para que a energia fosse exportada e o ICMS tributado lá no consumo e a fonte de produção, quer dizer, o Paraná perde muito com isso, milhões de dólares.

Há questionamentos. Como eu disse, há os dois lados da moeda. As outras hidrelétricas que foram construídas no Paraná pela própria COPEL, pelas outras subsidiárias, nenhuma delas passou por aprovação na Assembléia Legislativa. Não havia legislação exigente neste sentido.

É de conhecimento de nós todos de que o problema ambiental não é um problema apenas do nosso país, do Paraná, mas é um problema mundial hoje e que no passado, pouco se questionava, ou mesmo sob o regime em que vivíamos, muito pouco se podia questionar quando o governo autoritário, decidia construir uma obra e expulsava 2,3,5 mil famílias de uma área de terra e inundava para produzir energia elétrica, não questionando a necessidade da energia, mas o mínimo para com a sociedade era o debate sobre essa questão. As legislações hoje exigem que a Assembléia Legislativa, principalmente a nossa Constituição Estadual exige no seu artigo 209, que a Assembléia Legislativa se manifeste quando o Estado tem interesse em construção de uma barragem de usinas hidrelétricas, termoe-létricas, ou muito mais complicada a legislação, quando termonucleares.

Por essa razão, a Assembléia do Estado do Paraná terá que se manifestar, autorizando ou não ao governo do Estado a construir a hidrelétrica de Salto Caxias. Por isso estamos com o assunto em pauta na Assembléia Legislativa e a nossa comissão

especial, em função de um histórico ocorrido com a construção de Salto Caxias, houve um conflito, de conhecimento de todos do Paraná, onde no local da construção da obra, um conflito havido entre os proprietários de terras com a construtora da obra do Estado do Paraná, houve até interrupção no trabalho, houve uma ocupação da área pelos lavradores que iriam ser atingidos e como nós temos uma história no Paraná, do passado, e que nos deixa sempre com cautela e muito mais o povo do Paraná e muito mais ainda aqueles que vão ser atingidos, por razões que não queremos imputar culpa à COPEL, porque são questões do passado, como a questão da construção de hidrelétricas pela Eletrosul, como o caso da Eletrosul em Salto Santiago, porque ainda hoje há pendências de indenizações, de proprietários da época, isso já há 8 ou 10 anos ou mais. Não lembro a data da construção de Salto Santiago. Um caso que veio à tona, um caso da Itaipu que 11 anos após estar construída, na semana passada eu tive a oportunidade de, juntamente com o Deputado Ernani Pudell, termos uma audiência com o Dr. Gomide, Presidente da Itaipu e a sua diretoria, com a comissão dos ilhéus do Rio Paraná que depois de onze anos ainda não receberam indenização dos seus prejuízos pelo lado de Itaipu. Onze anos depois e onze anos esses ilhéus vão à Brasília, vão a Santa Catarina, vão a Foz do Iguaçu. Onze anos de negociação e felizmente estamos conseguindo resolver o impasse e a Itaipu está tratando com decência aquele caso e o seu Presidente está encaminhando uma solução através de uma Comissão dos Ilhéus e o nosso acompanhamento. Estou colocando esses fatos para situar e para que nós Deputados entendamos a preocupação do povo do Paraná, principalmente daquele povo que vai ser atingido indiretamente. Isso é para justificar essa preocupação apenas. Mas eu quero dizer que o fato concreto da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias está sendo tratado dentro dessas normas atualizadas da legislação que exige uma série de licenças de órgãos oficiais, exige, inclusive a aprovação da Assembleia Legislativa e que a COPEL tem tratado já de muito tempo com debates, discussões, inclusive com a Comissão que aqui nessa Casa foi formada, nos tivemos oportunidade com o Deputado Bona Turra, Deputado Nereu Moura, Deputado Traiano e outros Deputados, Deputado Namir, Deputado Annibelli, Deputado Duílio, que fizemos parte dessa Comissão para debater isso com a COPEL, com os atingidos, com a sociedade, envolvida naquele momento, dos conflitos lá, e tem-se encaminhado, inclusive, acordos com a COPEL e os atingidos sobre aquele fato específico.

Este momento é oportuno e muito impor-

tante porque na medida em que nós Deputados vamos ter que aprovar aqui, dizer sim ou não ao Governo do Estado do Paraná para a construção de uma obra dessas, não vamos estar discutindo e debatendo simplesmente a questão dos atingidos das áreas inundadas, dos problemas sociais que ocorreram com a construção de uma obra de tamanha envergadura que vai envolver um bilhão e quinhentos milhões de dólares, talvez. Nós vamos debater e é necessário que a Assembleia Legislativa tenha todas as informações possíveis para debater o conjunto de ações e envolvimento do Governo do Estado numa obra dessas. Não são simplesmente as indenizações, as questões sociais, mas é a questão energética do Estado do Paraná, é a questão do investimento que o Estado vai fazer com dinheiro público, dinheiro da sociedade paranaense, numa obra desta envergadura. O resultado disso para o Estado do Paraná, todas as dúvidas que nós possamos e devamos ter, podemos ter a oportunidade de discutir nesta Sessão Especial. Esse foi o entendimento da Comissão que nós presidimos em discussão com a nossa Comissão, entendemos por bem realizar essa Sessão Especial, convidamos as entidades interessadas no debate para trazer os seus questionamentos, as suas dúvidas, e que os Deputados possam questionar, para que possa se esclarecer o conjunto de uma obra desta envergadura para o Estado do Paraná. Na sequência da Copel se pronunciar e o IAP se pronunciar, provavelmente os Deputados terão as dúvidas e questionário com os expositores. E nós vamos ter, sem dúvida nenhuma exposições contrárias, favoráveis, questionamentos, e isso é muito importante para que o debate possa fluir e a Assembleia possa votar esclarecida nas duas Sessões seguintes que terão, provavelmente a semana que vem, para debater o assunto conforme nossa Constituição exige. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa registra, com satisfação, a presença neste Plenário do Prefeito Técio Delavida, de Capitão Leônidas Marques, do Prefeito Dino Viganô, de Boa Vista da Aparecida, Município que diretamente são interessados no assunto que estamos discutindo hoje. Evidentemente que outros também têm os seus interesses, mas esses dois em especial. Nós registramos, também, e agradecemos a presença e o auxílio que nos prestam nesse momento nessa Sessão Especial, o Deputado Zuk, na condição de 1º Secretário, o Deputado Eurides Moura, na condição de 2º Secretário. E a presença em Plenário dos Senhores Deputados Mário Bezerra, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Nereu Moura, Valderi Vilela, Ernani Pudell, Cezar Silvestri, Florisvaldo Fier, Namir Piacenti-

ni, Basílio Zanusso, Duílio Genari, Luiz H. Bona Turra, Antônio Costenaro Neto, Antônio Annibelli e Emilia Belinati.

Esta Presidência informa ainda mais que recebeu no dia 06 de dezembro ofício SGD-C/1864/93 da Cia. Paranaense de Energia: "... encaminhar a V.Exa. para análise de Assembléia Legislativa os documentos síntese do empreendimento e relatório de impacto ambiental RIMA referentes à Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Recebeu, ainda mais, datado do dia 26 de janeiro Ofício SGD-C/0137/94, também da Cia. Paranaense de Energia onde novos documentos endereçados a esta Casa e solicitações feitas.

Todo esse material foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, posteriormente à Comissão de Ecologia onde se encontram para, posteriormente a esta reunião, ter o encaminhamento definitivo com vistas ao oferecimento de projeto de resolução que virá ao plenário para deliberação em cima desta autorização que se faz necessária para a construção da Usina de Salto Caxias.

Diante daquilo que também ficou ajustado com a comissão, nós concedemos por dez minutos a palavra ao Senhor Saint Clair, representante da Promotoria do Meio Ambiente.

O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS - Sou Promotor de Justiça da Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

"O Ministério Público tem sua função constitucional estabelecida no artigo 129 da Constituição Federal que lhe obriga a atuar também na área de proteção ao meio ambiente.

Através da Lei 7.347/85 faculta ao Ministério Público a possibilidade da interposição da Ação Civil Pública visando a proteção do meio ambiente.

A resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente de nº 006/87 determina que os empreendimentos destinados à geração de energia elétrica, tenham solicitado as licenças prévia, de publicação e de operação. Segundo a publicação do Diário Oficial de 16/12/93, pág. 66, a Companhia Paranaense de Energia obteve a Licença Prévia nº 953/93, com validade de um ano. Ocorre que essa licença só poderia ter sido concedida após a análise do Estudo de Impacto Ambiental, conforme determina o artigo 8º, parágrafo segundo: A emissão da Licença Prévia somente será feita após a análise e aprovação do Relatório de Impacto Ambiental.

Os projetos anteriores à Resolução citada não dependeriam desta licença, mas já que foi solicitada, deveria ter atendido

às exigências legais.

A licença de instalação após a realização e análise do Estudo de Impacto Ambiental já foi concedida em 22/02/94.

Após a realização do Estudo de Impacto Ambiental, desde que solicitado pelos interessados e até pelo Ministério Público a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 09/87, determina no art. 2º, parágrafo primeiro que: O órgão de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do RIMA fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura de prazo que será no mínimo de 45 dias para a solicitação de audiência pública. Faz-se necessário portanto esclarecer se esse prazo foi devidamente obedecido.

Destaque principal da análise do RIMA é discussão da viabilidade da construção de duas usinas menores Caxias Baixa e Cruzeiro que atingiria um número de 576 famílias ou 3.500 pessoas e Salto Caxias Alta que atingirá 1.332 famílias ou 6.100 pessoas. O dado nos parece, no aspecto social, significativo, e acredito que esta comissão deveria determinar nova análise, por grupo não ligado ao empreendedor, a COPEL, para análise sócio-econômica a fim de analisar a viabilidade ou não dessa alternativa, já que a COPEL optou pela construção de Salto Caxias Alta que, à primeira vista se apresenta com maior impacto social.

Outro fator que decorre da análise do RIMA é o de que, nos termos da Resolução 004/85 se faz necessário o reflorestamento às margens do lago, pelo artigo 3º, firmando que são Reservas Ecológicas num mínimo de 30 metros para as áreas urbanas e 100 metros para as áreas rurais, ao redor do lago decorrente da barragem, necessário, portanto, que se estabeleça um cronograma de execução desse trabalho.

Necessário, também, um programa de recuperação das matas ciliares ao longo do rio Iguaçu e seus afluentes para conter o assoreamento da barragem e proporcionar-lhe maior vida útil.

A reclamação recebida pela Promotoria do Meio Ambiente diz respeito à falta de comunicação e recebimento do Estudo de Impacto Ambiental pelos integrantes da CRA-BI, o movimento dos atingidos pelas barragens o qual alega que recebeu a cópia do RIMA somente com 2 dias de antecedência, tendo lhes faltado tempo suficiente para análise e conhecimento do seu conteúdo para o debate na audiência pública.

No decorrer da audiência pública esse movimento solicitou nova audiência em outros locais e não foram atendidos, além de que não se sentiram suficientemente esclarecidos sobre a questão climática e geológica da formação do lago da Usina.

Não se sentem também suficientemente

esclarecidos os moradores do local no que tange à questão das indenizações a serem pagas pelas benfeitorias existentes nos imóveis, saúde pública com o aumento de endemias provocadas pela estagnação das águas, impactos sociais como aumento da criminalidade, adensamentos populacionais, relocação das escolas e estradas vicinais.

Institucionalmente é mister que se proceda ao estudo geral de todo o potencial energético do Estado, principalmente no tocante ao Rio Iguaçu e Rio Tibagi, onde se pretende a construção de novas usinas, e o instrumento adequado para tal é o Estudo de Impacto Ambiental, o qual deverá analisar a questão globalmente e não simplesmente como se vem fazendo até hoje, usina por usina, gerando todo o problema social que vem causando, criando-se também, com o apoio da Assembleia Legislativa um fórum permanente para a análise dessa questão.

Outro fator institucional de grande relevância é a criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente, onde, efetivamente, teríamos as discussões de todas as questões ambientais do Estado que tem, na maioria das vezes sido discutidas pontualmente, como é o caso de hoje.

Agradecemos mais uma vez a oportunidade da manifestação do Ministério Público nessa questão, podemos dizer que a documentação que se encontra em nosso poder, está à disposição dessa Comissão caso seja necessária a sua análise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência agradece a participação do Dr. Saint Clair em nome da Promotoria do Meio Ambiente.

Registra também com satisfação a presença do vice-líder do Governo, Deputado Oswaldo Trevisan.

Passamos a palavra, por dez minutos, ao Sr. José Álvaro Carneiro, representante do Fórum das Entidades Ambientais.

O SR. JOSÉ ÁLVARO CARNEIRO - Estou aqui representando o Fórum das Entidades da Região Metropolitana de Curitiba, bem como a União das Entidades Ambientais do Estado do Paraná.

Nós queremos abordar a Hidrelétrica de Caxias e a Hidrelétrica de Tijuco Alto e a postura dessas duas coisas que é a ausência de uma política ambiental para o Estado do Paraná. Começando por Tijuco Alto e pela Hidrelétrica de Caxias, não tem como evitar a gente lembrar do Iguaçu, a gente começa aqui em Curitiba tomando a água do Iguaçu, toda vez que a gente liga a luz, a nossa televisão, o Rio Iguaçu está envolvido; e todo mundo, no Brasil inteiro, muitas vezes vem nos visitar por conta de

Foz de Iguaçu. Na medida disso tudo, ou seja, está presente que o Rio é um conjunto que começa em Curitiba e termina em Foz do Iguaçu, o Rima de Caxias é um pedaço pequeno do Rio.

Uma das coisas que nós queremos e solicitamos aqui é que existe a ausência da compreensão de todo o impacto ambiental que o conjunto de hidroelétricas já trouxe ao Estado. O Rio Iguaçu não pode ser tratado como se fosse uma colcha de retalho, uma bacia hidrográfica não pode ser vista em pequenos pedaços. Então, vejam bem, uma medida disso é importante que tente se avaliar o Rio como um todo, daqui até Foz do Iguaçu.

As entidades ambientais do Estado não são contra a Hidroelétrica de Caxias, a gente é contra o aproveitamento isolado, circunstanciado, pontual do Rio; a gente é a favor de que o Rio seja visto como um todo para que na medida disso possa se maximizar o aproveitamento ótimo do Rio, seja para com relação ao uso de água potável, seja para com relação ao seu potencial energético.

Com relação a Tijuco Alto é uma coisa próxima disso, Tijuco Alto recentemente teve uma autorização prévia dessa barragem, foi dado pelo Governo Estadual, mesmo sem ter a competência legal para isso; a competência legal para isso é do IBAMA. Essa usina de Tijuco Alto que os Srs. logo vão ter que votar da possibilidade de sua execução porque inunda território paranaense, e é matéria constitucional do Estado a votação pela inundação ou não do território paranaense, tem a ver com pleito das indústrias Votorantin. As Indústrias Votorantin querem fazer isso para gerar emprego em Mairinque, no Estado de São Paulo, e por incrível que pareça o Estado de São Paulo que tem uma política ambiental definida tem um conselho estadual do meio ambiente, negou a autorização para a construção da usina porque considera que a correlação custo-benefício é danosa à sociedade paulista. Aqui no Estado do Paraná, ouvido um Parecer técnico do IAP, que ficou vindo da mesma forma que o Iguaçu, um pequeno pedaço do Rio, e não toda a bacia hidrográfica, o conjunto que ela representa, aqui foi dada essa autorização prévia. Vejam os Srs. que essas coisas estão inter-relacionadas na medida que existe em tramitação na Assembleia uma lei estadual do meio ambiente e que no seu bojo traz o Conselho Estadual do Meio Ambiente, que é o fórum adequado para que essas questões cheguem aqui mais mastigadas. Por parte dos ONGs então do Estado do Paraná, a nossa posição é para que se retome a lei estadual do meio ambiente com a criação de um conselho estadual do meio ambiente à visão mais global das coisas, justo para

permitir um aproveitamento mais particularizado; além disso, uma questão importante, que é a vinculação do verde com a questão social. Todas as questões são sócio-ambientais, porque se na medida que por exemplo o Iguaçu teve conflito nos anos 50 para ocupação no espaço territorial, de repente hoje tem conflito de terra por conta de uma questão ambiental, que é uma desocupação para o aproveitamento da energia gerada pelo Rio. Então, acho que a partir daí é preciso que o Estado do Paraná, através das suas instituições, principalmente a COPEL que já vem dando sinais nesse sentido se humanize mais, veja o rio nem tanto como uma nota fiscal, veja também como um conjunto de decorrências sócio-ambientais. Então, é fundamental isso que eu queria colocar para os Srs. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradecemos a participação do Sr. José Alvaro Carneiro do fórum das entidades ambientais em nossa Sessão Especial que discute a construção da Usina de Salto Caxias.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

Senhora e Srs. Deputados, fiquei sabendo hoje desta Sessão e tinha já assumido outro compromisso e peço licença para me retirar, uma vez que fiquei sabendo que ia existir esta Comissão hoje e já tinha compromisso firmado para as quatro horas.

Então, é neste sentido que me retiro e peço licença a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Permissão concedida, nobre Deputado.

Com a palavra o Sr. José Oliano Camilo, do CRABI.

O SR. JOSÉ OLIANO CAMILO - Venho aqui em nome dos atingidos da barragem do Salto Caxias colocar alguns pontos, aquilo que nós atingidos estamos sentindo e que viemos passando desde a notícia de que seria construída mais uma barragem e que seríamos atingidos.

Desde que surgiu a notícia, nos questionamos na questão de que o Paraná é o grande produtor de grãos, é o maior produtor de grãos do Brasil, e sendo assim, a gente se orgulha disto, principalmente sendo agricultor, sendo aquele que colabora para que o Paraná tenha este título. Mas vendo tantas barragens construídas, vendo tantas barragens que estão projetadas para serem construídas neste Estado, a gente se preocupa e pergunta: o que vai ser o amanhã no Paraná? Se vai ser o grande produtor de grãos, ou o grande produtor de energia?

Nós, numa audiência pública que tivemos em Três Barras do Paraná, pedimos que nos concedessem uma nova audiência pública porque pegando o RIMA, Relatório de Impacto Ambiental nas mãos, e também ouvindo o que nos foi colocado sobre ele, percebemos que ali tinha uma linguagem técnica o que nos esclareceu muito pouco. Naquele momento, nós atingidos, pedimos tanto à COPEL como ao IAP, que nos fornecesse técnicos para esclarecermos o Relatório de Impacto Ambiental e que nos dessem esclarecimentos principalmente nas partes técnicas para que a gente pudesse numa nova audiência pública discutir melhor aquilo que vai ser para nós o amanhã, aquilo que vai ser para nossas vidas.

Esperamos que ainda tenha esta nova audiência e que nos atendam neste pedido e que nos enviem técnicos para que expliquem melhor o Relatório do Impacto Ambiental.

Nós, da CRABI, atingidos por Salto Caxias ainda não estamos muito claros na quantidade das famílias atingidas por aquela barragem pois ainda não foi feito o levantamento de onde e até onde a água vai chegar. Vamos a angústia de cada um que mora naquela região, porque uns estão angustiados porque sabem que vão ser atingidos e outros estão angustiados porque não sabem o que vai acontecer: se fica na barreira do lago ou se vai ser atingido por partes ou diretamente.

Então, nós ainda, sem este número certo, estamos já impactados há muito tempo, esse impacto psíquico chegando às nossas cabeças, chegou em todas, e que isto já fez da nossa região e daqueles agricultores que várias famílias saíram, venderam suas terras baratas, por medo do que vai acontecer. Hoje ainda está acontecendo isto e que é uma grande preocupação nesta questão.

Temos uma grande preocupação: Salto Caxias é a quinta barragem no Rio Iguaçu. Estamos na beira de um grande lago, de uma cadeia de barragens e de uma encosta na outra é que forma um grande lago. Estamos próximos de Itaipu. Soubemos que ainda não foi feito um estudo claro do clima e do que vai acontecer após a construção de mais uma barragem nesta região. Esse estudo é necessário que seja urgentemente feito para que levante dados antes da construção dessa barragem e que depois da construção também continue levantando dados dessa questão, para que a gente saiba o que vai acontecer para quem fica nesses municípios, para quem fica próximo a essas barragens e onde serão construídas novas barragens no Estado do Paraná.

Pedimos aqui, seja colocada uma estação meteorologista, urgentemente, na Região de Salto Caxias, para que tenha esse estudo do clima e que esse estudo fique

claro para todos nós. Porque se existe estudo da Bacia do Iguaçu ainda não foi esclarecido para a população e para quem mora nessa Região. Pedimos que esse estudo seja urgente. Pedimos que a COPEL faça um convênio e que conceda um meteorologista e que seja de confiança da população, para que a gente tenha dados em mãos do que acontece, do que está acontecendo com o clima e do que vai mudar. A gente pede que isto seja urgente também para que a gente possa ter esses dados nas mãos.

Há vários anos, estamos nos reunindo com a COPEL. Estamos nos reunindo e tendo um entendimento, o entendimento daquilo que vai acontecer, entendimento na questão de renegociação e reassentamento, e negociações das vendas de terra. Tivemos alguns acordos. Ainda é pouco o acordo na questão de reassentamento. Pedimos que, urgentemente, tenhamos este acordo na questão do reassentamento e que a gente saiba para onde vai. Pedimos em todas as reuniões que pudéssemos ficar na nossa região e, principalmente, nos nossos municípios. Pois, queremos ficar, queremos dar apoio e continuar ali. Até agora não tivemos nenhuma área para que pudéssemos saber. E pedimos urgência nessa questão também. Ainda não sabemos como será esse reassentamento. Que esse projeto de reassentamento seja discutido com a população atingida, que nós atingidos, tenhamos condições de discutir juntos o que vai ser para nós. Que possamos discutir, juntos, a nossa mudança, o que vai mudar e para onde vamos. Isto, urgentemente, estamos pedindo que também aconteça.

Quanto a questão do acerto das propriedades. Temos um acerto no preço da terra boa. Falta ainda acertarmos a questão das benfeitorias, falta acertarmos a questão do preço das nossas casas, daquelas árvores que cuidamos com muito carinho, do nosso pomar, daquele pé de fruta que cuidamos e que é o nosso alimento e que para nós é muita coisa. Pensamos, para que se possa chegar nesse acordo, para que a gente possa urgentemente ter condições de saber, porque saber o quanto isso vale é só a gente ter todos os dias isso nas nossas mãos. Então pedimos que isso seja urgente. Questões de cercas das nossas pastagens. Nessas questões a gente volta a pedir urgência.

Quanto ao acordo que firmamos, lembro que no acordo que firmamos em Cascavel, no documento tem uma cláusula que diz que a indenização tem que ser passo a passo, diz que do eixo começando, vai subindo e indenizando a todos, que se tivesse uma indenização fora disso, seria discutido no grupo do GEM mas já se está negociando propriedades no meio do lago de que não foi discutido no grupo do GEM e que não

viram essa discussão. Pedimos que sejam cumpridas as cláusulas que existem no acordo, para que não volte a acontecer problemas. Queremos negociações pacíficas, queremos continuar nesse tipo de negociação e que não volte novamente a retomada dos conflitos, queremos que continuem corretamente e que para isso, precisam ser cumpridos todos os acordos que foram feitos e aqueles que vamos fazer, porque estamos defendendo a nossa terra, defendendo a nossa vida.

Para finalizar, pedimos o apoio de todos os Deputados que vistorem tudo o que vai acontecer na barragem de Salto Caxias, tudo o que vai acontecer daqui para frente para que saia corretamente o acordo e que pensem antes de votar para que tenhamos antes de tudo, o acerto de tudo o que falta nesta barragem e de que mais uma audiência pública nos seja concedida, para que possamos nos inteirar daquilo que está acontecendo, porque ali dentro está a nossa vida, a nossa vivência, ali dentro tem a história de um povo e que essa história não pode ser passada por cima, essa história tem que ser esclarecida, essa história de um povo tem que ser respeitada e, acima de tudo, é isso que pedimos, porque é a nossa terra, é a nossa vida e a nossa vida que está sendo mexida neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradecemos a participação do José Camilo, representante do CRABI.

De imediato, passamos a palavra ao Prefeito Odino José Viganó, da COSAC.

Anunciamos a presença do Prefeito de Cantagalo, Mateus Paulino.

O SR. ODINO JOSÉ VIGANÓ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com muita satisfação que nós representamos hoje aqui a COSAC em torno da organização dos prefeitos atingidos pelo Salto Caxias.

Embora não tenhamos muitos argumentos para colocar nós podemos dizer que nós estamos acompanhando desde o início aquilo que é movimento em torno de Salto de Caxias e a organização por parte da COPEL e os levantamentos que têm sido feitos até o presente momento. Podemos dizer que acompanhamos as negociações ou pelo menos aqueles acordos, entendimentos, fizemos o nosso trabalho em termos de representação junto com os municípios, fazendo que haja entendimento junto à COPEL e aquela região, aqueles proprietários que serão atingidos.

Nós podemos dizer, neste momento, e temos certeza absoluta desde que seja cumprido aquilo que foi combinado e aquilo como disse o Camilo, será ainda combinado,

não terá dúvida nenhuma que haverá bons frutos nessa obra, ou pelo menos terá as melhores condições para o futuro tanto da região como dos proprietários que lá estão, como da COPEL, realizando aquilo que precisa ser realizado, aquilo que é o futuro melhor para o Paraná, o futuro melhor para nossa Nação. Nós sabemos que haverá sacrifícios, muitos proprietários terão que se retirar de suas propriedades e partir para uma nova propriedade, mas nós sabemos, também, que muitos proprietários terão vantagens, temos certeza absoluta, muitos não têm propriedade, são pessoas que estão lá como meeiros, já estão com garantia de sua propriedade própria.

Temos certeza absoluta que muitos serão beneficiados dos agricultores. E nós sabemos, perfeitamente, como representante da região, que muitos terão dificuldades e estão preocupados com muita razão, porque nós sabemos que propriedades custam suor e muito sacrifício, mas nós sabemos que a COPEL não vai agir de forma desonesta, não sendo a favor daquilo que é do nosso proprietário, porque nós estaremos lá e estaremos atentos que isso aconteça, para que a nossa população não faça que essa obra seja a custo dos nossos agricultores e dos nossos proprietários. E temos certeza absoluta, por aquilo que sentimos até hoje, nós sabemos que os municípios terão prejuízo com essa diminuição de área, de produção na nossa região, mas, também trará, de outro lado, benefícios, e nós vamos trabalhar para que os municípios não tenham prejuízo. E assim, vamos cuidar para que os nossos proprietários não tenham só desvantagem, precisamos que eles tenham vantagens e vamos cuidar atentamente para que isso aconteça. Temos certeza que o reassentamento virá e será para o melhor dos proprietários, para melhores condições, ou pelo menos com terras, com mais condição de produção, terras tratadas, terras corrigidas, e vamos cuidar para que isso aconteça e me parece que isso é um grande negócio, principalmente para aquelas famílias que não têm terra hoje e terão no dia de amanhã.

Eu posso dizer a vocês que estou, pelo menos em parte, de pleno acordo que a COPEL continue com suas obras, fazendo que nós tenhamos melhores conhecimentos, continue com seus trabalhos e que tenhamos esclarecimentos e que cada vez mais a nossa população tenha esclarecimento, porque me parece que alguma coisa falta, falta informação, falta conhecimento daquilo que será no dia de amanhã. É isso que queria dizer para os Deputados e gostaria que estivessem atentamente junto com nossos municípios, para que isso se desenvolva da melhor maneira possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradecemos a participação do Prefeito Odino José, de Boa Vista da Aparecida.

De imediato, concedemos a palavra ao Diretor do Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná, Prof. José Alfredo Brener.

O SR. JOSÉ ALFREDO BRENER - Senhor Presidente, demais componentes, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

Neste momento eu tenho a satisfação de poder manifestar-me no sentido de transmitir o nosso apoio e os cumprimentos a mais esta realização da COPEL e hipotecar a nossa confiança no sentido de que em Salto Segredo a COPEL já deu um exemplo de procedimento no sentido de conservação, preservação dos interesses do meio ambiente e dos proprietários limítrofes à barragem.

Só me caberia, neste momento, reforçar uma posição que a COPEL adotou em Salto Segredo no sentido de relocar os proprietários o mais próximo possível da região, porque, como os anteriores se manifestaram, é muito certo e muito próprio da nossa característica humana esse apego ao nosso chão e à nossa região. E tenho certeza de que a COPEL terá condições suficientes para poder produzir esse efeito, no sentido de atenuar essa carência que o ser humano sente ao deixar o seu chão.

Então, eu só queria transmitir que, como Universidade, nós contamos e nos colocamos à disposição da COPEL e desta Assembleia, em qualquer outra dificuldade que possamos contribuir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradecemos a participação do professor José Alfredo Brener, da Universidade Federal do Paraná.

De imediato, passamos a palavra ao representante do Sindicato dos Engenheiros.

(Ausente)

Concedemos a palavra ao representante do Instituto Ambiental do Paraná.

O SR. PEDRO DIAS - Boa tarde a todos os Deputados, Presidente Orlando Pessuti.

O meu nome é engenheiro Pedro Dias e estou aqui hoje representando o Secretário Eduardo Requião, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná.

Cabe-nos, aqui neste ato, esclarecer o processo ambiental de tal obra.

Nós começaríamos dizendo o seguinte: Houve, inicialmente, uma discussão bastante sensata por parte do setor de licenciamento, em relação à necessidade ou não de licença prévia para tal obra, visto a fase de inventário já ter ocorrido há anos atrás, quando não havia legislação ambien-

tal pertinente ao assunto. Mesmo assim, por uma convicção da nossa Secretaria e do nosso Instituto, houve por bem a exigência então da LP, o que no caso, então, a COPEL cumpriu e foi no dia 16 de dezembro licenciada para tal.

Nesse sentido, a licença prévia foi condicionada à apresentação do projeto básico ambiental por parte da COPEL, sem o qual não haveria licença de instalação para tal obra.

Neste intermédio, entre as solicitações de licenças, após o licenciamento prévio e já havendo, portanto, o interesse da Secretaria em consultar também a comunidade da forma mais ampla possível para que, assim sabendo a posição da comunidade, nós pudéssemos tirar uma posição, convocou-se, o Senhor Secretário, audiência pública para o dia 4 de fevereiro último. Neste intermédio, também houve um pedido da Klabin, este pedido protocolado no Instituto Ambiental no dia 17 de janeiro e também cumprindo a este pedido veio a ocorrer a audiência pública, de acordo com a resolução do CONAMA n° 009, de 03 de dezembro de 1987.

Portanto, com a audiência pública já realizada, com a coleta de informações por parte da população sobre tal obra, com o projeto básico ambiental sendo apresentado à nossa Secretaria, com a análise desse projeto básico e com uma série de exigências que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Instituto Ambiental fez à COPEL, condicionando, portanto, a licença de instalação a essas exigências, nós, então, no dia 22 de fevereiro de 94, emitimos a licença de instalação 044/94, obviamente, condicionando todo o licenciamento à realização de complementação, a conclusão daquilo que estava definido no PBA, além de outras exigências que a Secretaria fez à COPEL.

Também gostaríamos de salientar a preocupação do Secretário Eduardo Requião, com essa obra tamanha que houve por bem criar-se uma comissão de acompanhamento de todas as etapas da obra por parte da secretaria em conjunto com a COPEL.

Portanto, o fim do licenciamento ambiental não se dá na licença de instalação, vamos agora acompanhando essa câmara técnica passo a passo. Realizar as devidas orientações técnicas necessárias para confecção dessa obra.

Com relação ao acompanhamento, sem dúvida houve uma discussão muito séria, inclusive a nossa socióloga esteve na área junto com o pessoal da KLabin, tentando obviamente esclarecer o máximo possível o relatório de impacto ambiental, porque o estudo de impacto ambiental, Srs. Deputados, é um estudo sem dúvida nenhuma complexo, com uma série de informações técni-

cas. Mesmo que militemos nessa área já há anos, eu por exemplo fiz parte do primeiro grupo de análise de impacto ambiental, mesmo muitas vezes temos que consultar uma série de biografias para chegar as conclusões técnicas necessárias.

Então sem dúvida nenhuma o estudo de impacto ambiental é um estudo complexo.

O relatório já é um pouco mais acessível. Mesmo assim uma das exigências que colocamos à COPEL, que tenho certeza vai ser atendido, é um relatório simplificado, que creio que a COPEL já está trabalhando nisso, no sentido de deixar bem claro para população quais são os impactos positivos e negativos da obra e quais são as medidas minimizadoras dos impactos negativos que serão adotadas. Isso é fundamental, para que a população entenda e tenha segurança de que sem dúvida nenhuma não é interesse do Paraná em deixar de ser grande produtor agrícola, mas também não é interesse do Paraná em deixar de ser grande produtor de energia.

Sem dúvida há como conciliar as duas coisas, sem dúvida há como trabalhar de forma que o desenvolvimento sustentável, a economia sustentável seja agilizada nesse Estado.

E é sem dúvida o Paraná um dos Estados do Brasil que tem mais condição de realizar aqui um projeto nesse nível, onde posamos compatibilizar os interesses da sociedade com os interesses do meio ambiente.

É nesse sentido que atua e continuará atuando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Instituto Ambiental do Paraná.

E ficamos aqui nesta sessão abertos para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradecemos ao Dr. Pedro Dias do Instituto Ambiental do Paraná - Secretaria do Estado do Meio Ambiente, por seus esclarecimentos.

Passamos a palavra agora ao Dr. João Carlos Cascaes, Presidente da COPEL.

O SR. JOÃO CARLOS CASCAES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros.

É com satisfação que a COPEL retorna a esta Casa para falar sobre a Usina de Caxias, principalmente porque isso reflete o estado, a condição institucional que finalmente vivemos, de liberdade, de democracia, de participação.

Há 15/20 anos atrás uma obra dessas seria conduzida de forma arbitrária, sem qualquer espécie de discussão com a comunidade e com certeza, traria, como trouxe, consequências sociais graves e que até hoje observamos e a COPEL de uma maneira especial sofre pela incompetência, pelos

desmandos, pelas decisões erradas de outras empresas em outros momentos.

Ouvimos com atenção as ponderações feitas, pelos oradores que nos precederam e é claro, a preocupação honesta e justa com que a COPEL fará, antes de mais nada é bom que se diga não é o que a COPEL fará, é que o que o Governo fará.

A COPEL é uma empresa estatal, que pertence ao povo do Estado do Paraná e que tem suas decisões monitoradas, comandadas, administradas por um governador eleito pelo povo e que a cada quatro anos, o partido que o elegeu se submete a apreciação desse povo, correndo riscos se as decisões não forem corretas.

A questão ambiental é séria, não há dúvida, inevitável que uma obra desse porte aflige, atinge e exige uma série de cuidados. A população atingida, por mais benefícios que venha a ter, pelo menos enquanto durar a construção da usina, sofrerá ansiedade, angústia, insegurança da solução prevista, mas ainda não colocada em ação.

Estamos na COPEL tentando agilizar todos os procedimentos necessários ao atendimento ao que estabelece o RIMA e a própria obra. Temos dificuldade de trabalhar sob uma legislação severa, o que faz com que qualquer contrato, qualquer negociação, qualquer decisão seja procedida por uma série de providências burocráticas e, que com certeza levam muitas vezes, meses até que a gente possa assinar um contrato e levam anos, até termos os resultados desejados.

Algumas coisas foram colocadas e de fato sentimos que é uma dificuldade, o caso da linguagem técnica, é muito difícil para um profissional, para um técnico, muitas vezes expressar-se de uma forma mais simples porque para ele parece natural o uso de expressões, denominações, adjetivos; porque para um leigo realmente as coisas se complicam nesse aspecto. A COPEL, principalmente através do grupo de estudos multidisciplinares, está trabalhando para esclarecer, orientar e ouvir principalmente o que a população local pretende. Uma coisa importantíssima nessa obra foi a atitude dos Prefeitos das cidades atingidas, sobre a liderança do Prefeito Vigano e João Laurindo vimos a organização da comissão dos atingidos pela barragem de Caxias. E Deputados desta Casa tiveram, têm tido uma participação constante na COPEL, onde somos regularmente cobrados, Deputado Nereu Moura, Ovídio Constantino, e tantos outros aqui presentes; o que nos mostra que a condução desse Projeto vai, com certeza, atender aos desejos da população local.

É importante que se destaque que o aproveitamento hidrelétrico, energético é

uma atribuição da União, do Governo Federal; não é do Estado do Paraná.

Essa situação, que poderá até ser corrigida na reforma da constituição, e acho que é uma boa proposta que a concessão, que a exploração das riquezas naturais dos Estados seja decisão, atribuição dos Estados, enquanto isso não acontecer é da União, e corremos inclusive o risco de: sendo da União e tendo, pelo artigo 175 da Constituição Federal, que se submeter a licitação, que a COPEL, de alguma forma falhando na condução do Projeto, ela perca a concessão adquirida antes da Constituição de 88, e aí o Governo Federal colocará em licitação a exploração, a construção dessa Usina, com resultados imprevisíveis. Questões foram colocadas em relação a Caxias Alto e Caxias Baixo. COPEL tem estudos feitos a respeito e poderá mostrar aos interessados, onde entre outros detalhes a construção das duas usinas, ao invés de uma, significará, por baixo, um investimento adicional em torno de 500 milhões de dólares, num País pobre como o nosso isso é muito dinheiro, e como o dinheiro infelizmente não se cria, ele se transfere de mãos em mãos, com certeza o povo teria que pagar um adicional em tarifa por uma ação não utilizada, por uma opção que não compensa. Evidentemente que essa diferença de custos e a própria obra em si ela implica numa preocupação grande que a empresa terá principalmente com os atingidos pela barragem. A COPEL tem condições de dar a cada cidadão dessa região uma condição melhor de vida do que aquelas que ele têm atualmente, isto com certeza dada a situação financeira da empresa, dado ao crédito que ela tem, dado ao conceito que ela goza.

Então, a população da região a ser atingida pela barragem de Caxias pode ficar tranqüila que isto com certeza será respeitado, quer dizer, a população não terá prejuízos, exceto aqueles sentimentais, exceto aqueles que são inerentes a uma mudança deste porte.

Racionamento de energia: podemos afirmar pelo que sabemos do nosso mercado de energia que em cinco anos, mesmo com a construção da Usina de Caxias aumentará o risco de racionamento de energia na região sul e sudeste, em especial no Paraná. Por quê? Porque como eu disse somos solidários em termos de geração de energia. A falta de geração no sul do Brasil, sudoeste, implica em racionamento em todos os Estados, mas por efeito de contratos de energia esse racionamento é mais intenso naqueles Estados que não tomaram as providências que o nosso programa de expansão e geração atribuiu à empresa e que ela não tenha cumprido por incompetência ou por qualquer outra razão.

Então, a produção de energia ela é necessária não porque gostamos de gerar energia, mas também porque ela é absolutamente essencial. As cidades se verticalizam, as indústrias dependem cada vez mais de energia elétrica e a falta de energia elétrica poderá inviabilizar o desenvolvimento de uma região, principalmente num momento em que nós sentimos que a economia brasileira oferece sinais, apresenta sinais de estabilização de retomada de desenvolvimento.

Então, meus amigos, concluindo, o que posso lhes dizer é que a COPEL, como estatal de um Estado que tem dado sinais de seriedade e competência, por longas décadas, onde sucessivamente boas administrações têm feito deste Estado um exemplo para o Brasil, a COPEL certamente não os decepcionará e fará um bom trabalho, atendendo tanto ao Estado que precisa desta energia quanto a população que será atendida pela Usina.

Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradecemos a participação do Dr. João Carlos Cascaes, Presidente da COPEL, nesta Sessão Especial que discute a construção da Usina de Salto Caxias.

Registramos também a presença entre nós do Deputado Djalma de Almeida César.

Terminada esta fase preliminar de depoimentos das entidades convidadas pela Assembléia Legislativa, de imediato passamos a palavra ao Deputado Ernani Pudell, que pretende fazer alguns questionamentos a respeito do assunto.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, digníssimos representantes das diversas entidades e especialmente da COPEL.

Ouvi atentamente todas as colocações feitas aqui com relação à usina. Agora, permito-me chamar a atenção da Assembléia Legislativa para a importância e o significado da aprovação da construção da usina em si.

A aprovação da construção dessa usina não envolve tão somente aspectos de natureza ambiental e de natureza social relativos aos impactados por esta obra. Ela transcende isso e se coloca, no nosso entendimento, como uma discussão que deve ser norteadada pelos objetivos estratégicos de desenvolvimento do Estado do Paraná e que deve, acima de tudo, ter uma dimensão muito mais ampla do que se pretende.

É óbvio que as entidades ambientalistas estão preocupadas com um impacto sobre o meio ambiente e lutam e resistem para que este impacto seja minimizado. A mesma coisa ocorre com a CRABI, que procura evitar que esta obra se transforme num pesa-

delo sobre suas vidas, a exemplo do que aconteceu com tantos atingidos por usinas semelhantes pelo Brasil e pelo Paraná - especialmente.

Quero aqui, inclusive, chamar a atenção da importância da organização dos atingidos e a importância do conflito mesmo que, em alguns momentos, geraram com relação à própria COPEL. A COPEL, através das suas relações sociais, com esse bom entrosamento, cumpre um papel fundamental que, inclusive, faz com que a COPEL passe a perceber que o entusiasmo pela construção dessa obra tem que, necessariamente, levar em conta o conjunto da sociedade. E é esta, exatamente, a minha questão principal, que eu tenho por diversas vezes questionado a COPEL e faço aqui o papel crítico em relação a isso: a quem interessa a construção de Caxias?

O engenheiro Cascaes colocou, no meu entendimento, um ponto importante, que é a demanda prevista de energia para todo o Brasil e que a Usina de Caxias estaria inserida, pela sua importância, para fornecer, permitir que essa demanda fosse atendida. Pois bem, esse é um argumento forte.

Todavia, há que se fazer uma pergunta que é: para onde tem ido a energia produzida pelo Estado do Paraná às custas dos problemas sociais? Setenta e cinco por cento dessa energia se destina aos Estados mais desenvolvidos, especialmente o Estado de São Paulo, que, além de não produzir energia, até agora gozava do privilégio da igualdade, da equalização das tarifas. Ou seja: a tarifa aqui é igual à tarifa de lá. Portanto, favorecendo ainda mais o processo de concentração do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

E o Paraná? O Paraná por ter inundado suas terras deveria receber o ICMS pela energia produzida. O Paraná hoje não recebe sequer o ICMS pela energia produzida. Isso significa 300 a 200 milhões de dólares de prejuízo ao Paraná que poderia, pelo menos, duplicar a capacidade de investimento no Estado com esses recursos adicionais, tendo em vista hoje a realidade do Orçamento do Estado do Paraná. Será, e essa pergunta eu faço à Assembléia Legislativa do Paraná. Até a última Constituição de 88, a discussão e a decisão sobre a construção das usinas era feita pelo governo federal, empurrada goela abaixo dos Estados. Hoje nós temos um dispositivo constitucional da maior importância na Constituição do Estado do Paraná que diz que obras desse porte, devem ser previamente autorizadas pela Assembléia Legislativa.

Então, está nas mãos do Poder Legislativo do Paraná, o direito de dizer sim ou não à construção de usinas e aí entendo que nós temos um poder de barganha funda-

mental para forçar a rediscussão sobre a divisão do ICMS gerado pelas usinas.

Quero até propor de uma forma ousada, de que Caxias possivelmente passará por esta Casa, mas que as demais usinas estejam condicionadas à revisão dos critérios de distribuição de ICMS, onde o Paraná pode usar esse seu potencial energético e dizer: "autorizamos usinas, desde que rediscutida a questão do ICMS". Nós somos privilegiados nesse aspecto.

Eu queria dizer o seguinte, especialmente aos companheiros da COPEL. Concluir a minha preocupação no sentido de que é importante para a COPEL fazer essa obra. Claro que é. É melhor do que essa obra ser tocada pela Votorantin, ou outro grupo internacional, ou algum monopólio privado nacional. Isso assegura trabalho, assegura acervo técnico, assegura solidez, assegura receita para a empresa, assegura empregos para a nossa Companhia, mas é preciso perguntar se o Paraná de fato está ganhando ou perdendo com essas usinas. O que poderia ganhar? Quando eu digo: "poderia ganhar", é preciso que nós nos lembremos que essa usina será construída basicamente com recursos próprios da COPEL.

Portanto, o povo do Estado do Paraná estará financiando, através da venda de ações que é patrimônio do povo, a construção dessa usina e o Paraná e este Poder, acho que aí não cabe à COPEL, mas esse Poder deveria ter a obrigação de se perguntar se esse um bilhão e duzentos milhões de dólares aplicados na construção de uma usina que talvez nem ICMS nos dê quando exportada parte da sua energia, se não poderia estar sendo canalizada para outros projetos importantes para o desenvolvimento econômico, como por exemplo, o caso que nós perdemos para São Paulo.

Mais uma vez o Estado de São Paulo nos passou a perna, não houve briga, não houve empenho, determinação do Governo do Estado do Paraná para assegurar que essa rota viesse por dentro do Estado. Esses recursos perfeitamente poderiam ter sido colocados nesse sentido, como tantos outros que poderíamos aqui levantar como talvez muito mais prioritários?

Então essas são as questões que eu levanto a esta Casa.

Finalmente gostaria de fazer algumas perguntas também à COPEL que são fundamentais, para nos convencer sobre a necessidade ou não da aprovação dessa obra. A primeira delas:

1 - Qual é a relação de produção de energia em relação à área inundada de Caxias, comparadas com outras usinas, como por exemplo Itaipu, Segredo, Salto Santiago? Parece-me que isso é uma questão fundamental.

2 - Qual é a estimativa de custo em

dólares, por KW desta Usina de Caxias em relação ao seu orçamento original e em relação a outras hidrelétricas similares? Podemos citar inclusive e especialmente a Usina de Segredo.

Gostaria, Senhor Presidente, se possível, que as indagações de ordem mais estratégica, se for de alcance dos representantes da COPEL em responder ou satisfazer as preocupações desse Deputado e especificamente com relação às outras informações requeridas.

Obrigado.

O SR. CASCAES - É importante que se lembre, nesse momento, que o Paraná já teve seu atendimento em energia elétrica durante muitos e muitos anos atendido graças a interligação de São Paulo e Santa Catarina, de onde recebeu muita energia, o que não invalida, em hipótese alguma, a questão do ICMS que foi um escudo, entre aspas, na Constituição de 88 e que precisa ser corrigido.

Com relação ao custo da usina, dólar por quilowatt hora, está semelhante ao valor de Segredo, que foi em torno de 900 dólares por KW, e nós queremos baixar este custo na Usina de Caxias, porque diante da oportunidade de fazer concorrências internacionais, nós teremos, certamente, uma maior competição entre empreiteiras e fornecedores, e os custos deverão cair.

Outras usinas do Brasil tiveram seus custos maiores que os necessários, mas em cenários bem diferentes, quando na realidade a sequência de construção de usinas dentro do programa de energização do País foi desde o começo dentro do critério da usina de menor custo e para a usina de maior custo, considerando aí não só a geração como também a transmissão de energia. São detalhes extremamente importante.

Com relação ao KW médio por quilômetro quadrado, eu tenho aqui dados onde nós temos:

(O Gráfico encontra-se publicado no final deste diário).

Quando se fala MW médio é, talvez, a unidade mais correta para se indicar capacidade de geração de uma usina, ou seja, é a energia que ela produziria na vazão normal do rio 24 horas por dia num valor fixo, porque o grau de motorização pode atender outras estratégias, mas em termos de energia essa é a condição mais correta de apresentação.

Não sei se faltou alguma informação do Deputado Ernani Pudell. Presidente, é o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao Plenário, dian-

te daquilo que manifestou o Deputado Ernani Pudell, que no dia de hoje encontram-se em Brasília os Deputados Toti Colaço, e se não me falha a memória, Élio Lino Rusch, representando essa Assembléia junto com o nosso assessor Prof. Nildo L. e o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná Prefeito Luiz Amaral. No dia de ontem, hoje e amanhã, em Brasília estarão reunidos com a Comissão Revisora da nossa Constituição mantendo contatos, evidentemente, com Deputados, líderes partidários, no sentido de que possamos ver eliminada da Constituição essa imunidade hoje existente no que diz respeito ao ICMS que não é cobrado na transferência de energia elétrica de um Estado para o outro, bem como petróleo e seus derivados.

Em todas as simulações que foram feitas com auxílio da COPEL, de ITAIPU, da Secretaria da Fazenda, associação dos municípios e Assembléia Legislativa do Paraná, o Estado do Paraná hoje se constata uma perda ao redor de quatrocentos milhões de dólares/ano por não ser cobrado ICMS na transferência de energia.

Estamos trabalhando com muito afinco nisso daí no sentido de que possamos ter esse assunto resolvido na revisão constitucional.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, posso usar da palavra também pelo mesmo período que o Deputado Ernani Pudell usou.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com toda certeza, Deputado. Então, usará a palavra por dez minutos mais um.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. que assistem a esta Sessão especial da Assembléia Legislativa do Paraná.

Na verdade, Sr. Presidente, esta Sessão acontece tarde. O processo foi invertido, porque desde os primeiros passos que se deu para a construção da usina de Salto Caxias a primeira providência que deveria ser tomada era a autorização da Assembléia Legislativa para a construção desta fundamental obra para o Paraná.

Agora, nos vemos numa camisa de força. A Assembléia Legislativa não tem como, hoje não tem meios de impedir a construção de uma obra onde o Governo já investiu volumosas quantias de cruzeiros, de dólares em projetos, no RIMA, e por aí afora. De forma que o processo está invertido.

Deveria, para começar toda essa questão de projetos, o RIMA, e outros custos que são inerentes a uma obra, o Governo ter primeiro solicitado, conforme prevê a Constituição Brasileira, a autorização pa-

ra que a Assembléia Legislativa do Paraná autorizasse e, aí, então procedesse aos estudos necessários.

Contudo, já estamos bem adiantados. A COPEL já tem o projeto de engenharia, já elaborou o RIMA, discussões inúmeras foram feitas e acompanhamos. Houve momentos em que travaram-se discussões acaloradas por parte dos agricultores que serão atingidos pelo lago do reservatório que formará o lago de Salto Caxias e também pelos companheiros que dirigem a COPEL.

É preciso também ressaltar que, após a ascensão do companheiro Cascaes à Presidência da COPEL, estabeleceu-se um diálogo franco, democratizou-se as decisões da COPEL. A partir do momento em que o companheiro Cascaes foi elevado ao cargo de Presidente, é preciso que se faça justiça, tivemos, nós mesmos aqui na Assembléia Legislativa, mais respeito, fomos chamados a ouvir e a dar opiniões, bem como também os produtores e os agricultores que serão atingidos pelo lago, os prefeitos da região e isto é um ato louvável.

E as obras precisam ser democratizadas neste País. Não podem mais construir obras de forma arbitrária, sem consultar aqueles que verdadeiramente são, que pagarão um alto custo pelas obras e que pagaram neste País.

Aqui se falou da Usina o nosso Presidente da Comissão, o companheiro, atuante Deputado Ovídio Constantino, falou da Usina de Itaipu e outros maus exemplos neste País e esses maus exemplos, Srs. Deputados, foi o que atormentava os agricultores, e atormenta ainda, lá da nossa região, em função de que, maus exemplos sobretudo praticados pela ELETROSUL, que respeito algum possuía pelos nossos habitantes do Paraná e de outros Estados, demonstrando pouco caso pela condição humana, pela vida das pessoas e estes maus exemplos que atormentavam que ainda em alguns casos atormentam moradores nos municípios que serão alagados pelo lago da Usina de Salto Caxias.

Contudo, há avanço e negociação, a COPEL tem buscado através de seus técnicos, através de sua equipe dirimir as dúvidas, os atingidos pela usina também buscam através de conversa, através de participação nas reuniões, avançar conquistando espaço, seus direitos e a Assembléia Legislativa do Paraná não poderia ficar omissa e esta Sessão aqui, muito embora seja tarde, esteja atrasada, porque deveria ter acontecido no início do processo, ela traduz uma nova ordem neste Estado, uma nova posição dos Deputados do Paraná que representam a população de querer participar com altivez, com dignidade a população do nosso Estado e é por isso, Sr. Presidente que nós, nossa Comissão, a Comissão Especial da Assem-

bléia Legislativa, como já disse presidida pelo nosso Deputado Ovídio Constantino, solicitou a presidência desta Casa esta sessão, a fim de que pudéssemos ouvir todos os lados, para que os Deputados orientados pelas explicações pudessem se posicionar dando o veredicto final, se aceitamos ou não o Governo do Paraná, através da COPEL, construir esta obra volumosa, grandiosa, lá no Oeste e Sudoeste deste querido Estado.

É bom que se diga, para encerrar, Sr. Presidente que a nossa região tem sido severamente castigada pela construção de usinas. Construímos diversas usinas nas nossas regiões e temos conseguido com isso problemas inúmeros. O Prefeito de Boa Vista da Aparecida me dizia ainda há pouco de que lá na sua cidade é enorme o contingente de pessoas que para lá acorrem já com a notícia da construção da usina, aumentando o problema habitacional, da falta de emprego, de saúde e por aí afora. E os outros municípios também enfrentam esta mesma situação, e por isso que precisamos que além destas obras, a nossa região também tenha os benefícios, por parte, não só, da COPEL, mas também do Governo do Estado para pagar os prejuízos causados com a construção dessas usinas, que deixam marcas pesadas, que deixam cicatrizes volumosas no coração e na alma do povo que reside no Sudoeste e Oeste do Paraná, que foi sem sombra de dúvidas que mais agüentou o fardo pesado com a construção das usinas elétricas.

Esta é a nossa posição, Sr. Presidente e muito boa esta sessão, em que pese, repito, ser feita tarde demais, porque agora temos que dar uma posição diante de um fato praticamente consumado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Presidência consulta se o Deputado Valderi Vilela fará uso da palavra.

O SR. VALDERI VILELA - Sr. Presidente, ouvi todos os debates e me sensibilizou o parecer do Ministério Público, porque como advogado a gente sempre procura primeiramente analisar a parte legal.

Gostaria, eu estava aqui consultando os Deputados, porque não tem pauta de votação para esta matéria para o momento, é isso Deputado Nereu, Deputado Ernani, Deputado Ovídio que estão acompanhando. Então, eu pedi ao representante do Ministério Público que me encaminhasse uma cópia do parecer para que, como nós sempre atuamos na C.C.J. desta Casa, olhasse primeiramente o aspecto legal; posteriormente questões de assentamentos, reassentamentos, questão dos benefícios, disse muito bem o Deputado Ernani, da vantagem, sendo

a COPEL a construtora dessa obra, é muito importante que seja a COPEL.

Então, isso nós vamos analisar no decorrer das novas reuniões nas comissões competentes, e quando vir a Plenário, nós emitiremos o voto junto com a nossa bancada, cuja liderança o nosso Deputado Paulo Maia, também já conversamos a respeito do assunto.

Portanto, vou aguardar o envio, que essa solicitação que estou fazendo também neste momento ao Plenário, do parecer do Ministério Público, para que nós coloquemos uma posição do nosso Partido, o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa Presidência agradece a interferência do Deputado Valderi Vilela. E registra com satisfação a presença neste Plenário do Prefeito Altair Zampier, do Município de Pitanga, bem como dos Vereadores Roeldy Dimas Schon, Orlando Valek, Hélio Teixeira dos Passos, Adelir Moldanes e de Vicente Gurleat, advogado.

A Presidência consulta o Plenário se deseja se manifestar ainda.

Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Queria fazer, talvez solicitar da COPEL um esclarecimento.

Primeiro, eu tive informação de que há uma ação na Justiça por parte de concorrentes ao Projeto do RIMA, a elaboração do projeto e a elaboração do RIMA. Se pode ser esclarecido que tipo de ação é essa que há na justiça com relação a essa questão, parece-me que é uma construtora, ou uma empresa, ou um consórcio que perdeu a concorrência. É uma questão que eu gostaria que fosse esclarecida. E também a questão levantada pela Promotoria do Meio Ambiente sobre a, eu não tive oportunidade de até o momento encontrar aqui no RIMA, esta determinação de que deverá o reforestamento de 100 metros de área em volta do lago. Quer dizer, como é que isso está projetado por Caxias, e nas outras hidrelétricas, se já foi feito ou se está sendo feito, como está essa questão.

Na sequência, Senhor Presidente, eu quero apenas, já faço a minha conclusão, depois o Presidente Cascaes responde, ou quem deve responder.

A outra questão é quanto a audiência pública. O engenheiro Pedro Dias colocava aí as suas informações, houve o questionamento por parte de entidades e eu tive a oportunidade de estar presente na audiência pública. Quero confessar, e devo dizer isso, que foi, no meu ponto de vista, inoportuno o horário da audiência pública, que isso foi questionado inclusive lá na audiência, porque a legislação permite que possam ser feitas tantas au-

diências quantas forem necessárias, ou forem importantes.

Houve um pedido da população atingida em função de que duas áreas com dificuldade de comunicação, uma do lado do Rio Iguaçu, uma do outro; e que uma audiência feita lá em Três Barras do Paraná, à noite, infelizmente, isto não estava na conclusão, mas infelizmente choveu e teve o prejuízo, isto não estava no projeto, a chuva, mas à noite e numa distância em que o povo de outra região dificilmente teve acesso, teve possibilidade de participar e houve o pedido de uma nova audiência e a legislação permite.

Qual a razão que foi impossível de realizar uma nova audiência para justamente fortalecer este debate e trazer à tona as dúvidas e até ganhar com isto a sociedade quanto ao projeto.

Então, eram estas as questões que eu gostaria de levantar, Senhor Presidente.

O SR. CASCAES - Com relação à primeira pergunta, essa ação foi movida por dois advogados, parece-me, que acabaram se retratando publicamente e não há nenhuma ação em andamento por qualquer concorrente do processo licitatório, do projeto da Usina de Caxias no momento. Não temos isto. E o que houve terminou com ganho para a COPEL e a retratação pública das pessoas que acusaram a empresa. Isto, se não me engano, semana passada, duas semanas atrás, saiu em alguns jornais do Estado do Paraná.

Com relação a audiência pública, entendemos até que ela é mais um ato formal que foi cumprido dentro desse espírito, mas é obrigação da empresa, independente da denominação que isto tenha, seja lá audiência pública ou o que for, prestar esclarecimentos à população e nós já fizemos diversas reuniões até com características bem próximas ao que seria uma audiência pública e pretendemos repetir reuniões deste tipo em toda a região da Usina de Caxias, nos próximos meses e anos, de modo que a população local participe de decisões, de ações que a empresa esteja tomando na região.

Portanto, o Deputado pode ficar tranquilo que isto até acontece por uma, vamos dizer assim, obrigação democrática. Quer dizer, não é a lei que nos obriga, mas é o respeito à população, é a democracia, é a vigilância dos Líderes, dos seus Deputados, Prefeitos, Vereadores, as lideranças das Associações, que têm cobrado da Copel, à medida que se enriquece de informações, à medida que se sente em condições de acrescentar alguma coisa, alguma informação lá está e estará sempre promovendo reuniões para esclarecer e discutir estas questões com a população.

Entendo que o nosso companheiro Pedro Reis poderá falar com mais propriedade com relação ao meio ambiente em si.

O SR. PEDRO REIS - Gostaria de responder ao Deputado que justamente a intenção de se realizar as sete da noite foi no sentido de não prejudicar o agricultor. No dia, inclusive, nos causou uma surpresa, já praticamente no horário da audiência, a vinda de alguns agricultores, dizendo: Não, vocês poderiam ter programado isto aqui para a tarde. Mas justamente o objetivo nosso foi não prejudicar e fazer com que o máximo de pessoas que trabalham durante o dia pudessem estar lá.

Então, acho que talvez tenha, nós tínhamos também na nossa área social contato do que o pessoal preferia, tanto que eram 7 da noite, início da parte noturna, no sentido de que a gente pudesse delongar aí até 11 ou mais e tentar obviamente exaurir a discussão que fosse necessária. Quando deu 10 da noite começou aquela chuva que realmente você viu lá. Mesmo assim eu acho que a participação foi realmente grande por parte dos agricultores. Nós tínhamos eu acredito que em torno de mil pessoas lá ou mais, talvez. O auditório estava lotado e comporta um bom número de pessoas. Eu faço das palavras do Cascaes as palavras da própria Secretaria: nós estamos abertos para discussão, não temos por que esconder nada, não é objetivo nem da Secretaria do Meio Ambiente, muito menos do Governo do Estado ou da Copel, tenho certeza e nós estamos abertos a discussão. Está havendo uma série de audiências lá.

Então, neste sentido, nós estamos considerando também essas audiências válidas do ponto de vista do encaminhamento ambiental. Acho que já foram mais de 10. Então, gostaria de dizer que este espaço está aberto aqui na Assembléia, hoje, discutindo o Projeto e nós estamos aqui também para qualquer esclarecimento. Com relação ao reflorestamento marginal realmente existe a Resolução 004 do CONAMA, que cem metros das margens dos lagos sejam reflorestadas. E isto está sendo exigido não só para a Copel mas todas as barragens que existem no Paraná. Inclusive evitem grandes programas nesta área de várias empresas. Porque isso quando é possível também tecnicamente, porque aí entra também a questão social. É óbvio que a Lei exige e nós estamos cobrando. Mas quando você tem um agricultor lá que está usando aquele pedacinho de terra e que diz: "Olha, eu posso plantar 50 m". E se é possível tecnicamente eu acho que nós temos que procurar trabalhar nesses casos também. Caso a caso para você minimizar o impacto e desalojar o menos possível as pessoas do cam-

po. Mas, no rigor da Lei, nós estamos exigindo 100m de todas as concessionárias inclusive de Itaipu.

O SR. DEPUTADO DUÍLIO GENARI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Diretores da Copel, Srs. Representantes dos atingidos pela Usina Caxias.

Gostaria de dizer que a Comissão Especial eleita por esta Assembléia a instalada pela Mesa Executiva desta Casa, nós que fomos indicados para participar desta Comissão Especial queremos assegurar que a Comissão de Deputados irá acompanhar de perto para que não haja prejuízo de ambas as partes. E também nós devemos assumir um compromisso e tenho certeza que estou assumindo um compromisso em nome dos demais da Comissão. É claro que nem todos voltarão a esta Assembléia na próxima legislatura, é claro que é possível que mesmo nós não voltemos, mas nós precisamos assumir no dia de hoje o compromisso que essa comissão ela irá dar continuidade até o seu término, até a conclusão da obra da Usina Caxias. Para que com isso possamos colaborar, a Assembléia Legislativa colaborar com a Copel e, de modo especial, com os atingidos para que estes não tenham maiores prejuízos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Dr. Saint Clair - Promotoria do Meio Ambiente.

O DR. SAINT CLAIR - Gostaria apenas de retomar a questão da audiência pública e dizer que no aspecto legal nós temos aqui me parece um óbice, quando os atingidos pedem uma nova audiência pública, parece-me que ela deve ser concedida. Se não pela Lei mas pelo próprio princípio democrático. Mas, apesar disso, a Lei nos diz aqui que no caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese do órgão estadual não realizá-la, a licença concedida não terá validade. Então me parece que é o caso de se atender, mesmo porque não vejo dificuldades para a realização de até uma, duas ou três. Porque isso pode ser feito com o simples deslocamento da equipe necessária ao local.

O SR. BONA TURRA (Questão de Ordem) - A Questão de Ordem consiste em verdade, Sr. Presidente, num pedido de esclarecimento à Mesa e à sociedade, via de consequência, sobre o encaminhamento que dará a esse Poder a votação do Projeto de Resolução que faz aprovar ou rejeitar a construção da Usina Hidrelétrica de Caxias. Houve já parecer prévio da Comissão de Meio Ambiente favorável à Resolução de aprovação da construção, não houve parecer de outras comissões. Há uma Comissão Especial designada,

cujos poderes pelo requerimento aprovado são amplos e fariam até substituir os pareceres das demais comissões. Então o esclarecimento que pediria à Mesa porque esse é um esclarecimento fundamental, haverá, com certeza, um parecer da Comissão Especial. A Comissão Especial tendo ouvido o Movimento Organizado, tendo ouvido a Direção da Copel, o Ministério Público e o conjunto das instituições e autoridades que aqui se manifestaram, em especial a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, emitirá parecer nos próximos dias. Que a Mesa esclarecesse, e essa é a questão de ordem, sobre se a matéria será submetida além da Comissão Especial, a outras comissões, e em seguida, sobre qual a determinação da Presidência de fazer incluir na Ordem do Dia, já que essa matéria, e por deferência e sensibilidade da Presidência dessa Casa, é que se fez a retirada e a pedido da Presidência da Comissão, acompanhada por nós, se teve a instalação desse debate que faz, na verdade, ampliar o foro de debate em torno de fundamental e estratégica obra de construção civil no setor de energia elétrica.

Esses os esclarecimentos que pediria até para que a sociedade que aqui se faz também representar pelo órgão do Ministério Público, possa acompanhar passo a passo, e que possa a Assembléia Legislativa conferir segurança à sociedade e à própria administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência, respondendo à questão de ordem do Deputado Bona Turra, esclarece ao Plenário que adotará o seguinte comportamento nesse assunto: a matéria já transitou pela CCJ, pela Comissão de Meio Ambiente. Diante da manifestação da Comissão Especial da Usina de Salto Caxias, houve-mos por bem realizar esta Sessão Especial. A Mesa concederá um prazo até terça-feira, para que a Comissão Especial providencie o seu parecer acerca do assunto, e na terça-feira, marcará a data em que a matéria voltará a plenário para ser discutida e votada também pelo Plenário. Então, até terça-feira nós gostaríamos que a Comissão Especial da Usina de Salto Caxias, emitisse o seu parecer sobre o assunto, para que pudéssemos colocar o Projeto de Resolução em discussão e votação pelo Plenário.

Com a palavra, o Dr. Pedro Dias.

O SR. PEDRO DIAS - Tentando esclarecer as indagações do Ministério Público, gostaríamos de esclarecer: primeiro, entre a entrada do relatório de impacto ambiental e licenciamento prévio, que era uma situação já dita na Resolução 006 em seu artigo 11, onde coloca que "obras em fase de inventário, estariam isentas desse li-

cenciamento" e nós viríamos a cobrar da Copel mesmo assim, sabendo que a Copel estaria isenta desse licenciamento, mesmo assim, exigimos esse licenciamento, cobramos esse licenciamento, emitimos esse licenciamento, sem que nessa fase, nenhum pedido de audiência pública entrasse na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, nem no Instituto Ambiental do Paraná.

Porventura, quando surgiu a publicação da licença prévia, logo após, veio o primeiro pedido de audiência pública, no dia 17, da Crabi, o qual nós também entendemos que no cumprimento da lei, da Resolução 009 de 03.12.87, que diz, em seu Artigo 2º que: "sempre que julgar necessário ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou cinquenta ou mais cidadãos, o órgão de meio ambiente, promoverá a realização da audiência pública o qual promoveu". No seu parágrafo 1º diz. "O órgão de meio ambiente, a partir da data do recebimento, fixará em edital e anunciará pela imprensa local, a abertura do prazo que será de, no mínimo, 45 dias para solicitação de audiência pública". Consideramos, portanto, dentro do prazo, o pedido da Crabi.

"No caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese de órgão não realizá-la, a licença concedida não terá validade. "Ora, a audiência pública, foi realizada." Após esse prazo, a convocação será feita pelo órgão licenciador, através de correspondência registrada ou solicitada, e da divulgação em órgãos da imprensa local". Está aqui, Senhores Deputados, a correspondência devidamente registrada, que encaminhamos à Crabi. Então nós acreditamos e estão aqui a convocatória em mais de 10 jornais feita antecipadamente para realização da audiência. Acreditamos que essa fase está cumprida, mas mesmo assim, entendemos ser essa audiência, como aquela audiência que o companheiro Cascaes coloca, formal, porque estão sendo realizadas várias audiências na região. Ninguém está se negando a discutir nada. São mais de 10 audiências que podem não ter o nome de audiência, mas são audiências. Existiu a formalização do ato de audiência pública. Nós acreditamos que com isso o processo deva caminhar, e foi assim que a Secretaria procedeu, encaminhou o processo de licenciamento de instalação, mas nunca se recusou em discutir em nenhuma fase, tanto que estabeleceu uma Câmara Técnica para acompanhar todas as fases da obra que é uma câmara conjunto instituída pela Presidência da Copel e pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente para que em qualquer momento havendo desvio dos programas efetivamente protocolados na Secretaria e que serão monitorados por ela, qualquer desvio acarretará, sem dúvida a discussão e a re-

versão do quadro. Então essa Câmara vai acompanhar passo a passo a situação ouvindo a população. Então nós estamos em audiência pública permanente na minha opinião.

O DR. CASCAES - Exemplificando o que o colega Pedro Dias disse, amanhã vai acontecer, na região, uma reunião do grupo de estudos disciplinares, talvez o grande erro da Copel seja dar um nome tão pomposo para esse tipo de reunião, a gente deveria chamar, quem sabe, audiência pública, ou coisa assim, porque é uma audiência pública, é um ambiente onde a Empresa com o IAP com as comunidades locais discutirão a obra.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Presidente, queria consultar do Dr. Pedro Dias, há um parecer técnico da Secretaria do Meio Ambiente, Parecer 09/90 de 22 de fevereiro, e ele vem dar uma série de encaminhamentos e até algumas exigências que devem ser arroladas, no seu final ele sugere, observa, a implementação da criação de uma Câmara Técnica paritária composta por técnicos, etc., aqui estou entendendo que é da Copel e do IAP. Eu queria sugerir e ver a possibilidade do acompanhamento, participação do Ministério Público, até, talvez da Klabin, se isso aqui é um órgão além daqueles que existem no grupo de estudos multi-disciplinar, ou é outra Câmara, e se dá possibilidade de permitir a participação mais aberta nessa Câmara Técnica, eu sugeriria, pelo menos do Ministério Público e talvez a organização dos...

O SR. PEDRO DIAS - Lógico, veja bem Deputado, o processo como um todo é aberto. A Câmara Técnica e tem um aspecto técnico em relação a obra em si. Ela faz parte desse grupo maior. Ela é uma parte desse grupo maior onde estão todos os membros representando a comunidade, etc.. Na minha opinião pessoal, eu não vejo óbice nenhum de acompanhamento da comunidade no trabalho dessas Câmaras. Mas isso é uma decisão que cabe ao Presidente da COPEL e ao Secretário que instituiu a Câmara em conjunto. Eu não poderia responder, creio que tem a maior liberdade, já tem porque a Câmara participa do grupo, também, e acho que não há óbice nenhum nessa participação. É lógico que é uma decisão que cabe tanto ao Presidente da Copel como ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, porque essa Câmara tem um intuito pessoal de acompanhamento técnico das fases da obra, e de acompanhamento das execuções do ponto de vista técnico, de todas essas exigências que nós arrolamos aí que o Sr. tem no parecer. Então o objetivo dela é acompanhar passo a

passo informando tanto à Presidência da Copel como ao Secretário Estadual do Meio Ambiente da situação, andamento da obra e todas as situações aqui colocadas no andamento de uma obra de porte como esse. E o grupo, entendendo um grupo maior com uma Comissão onde já estão arrolados membros da comunidade que inclusive gerenciaram todo o trabalho dessa Câmara Técnica. Esse pelo menos é o meu entendimento. Não vejo óbice nenhum, creio que a comunidade já está participando, mesmo que não de forma direta, mas de forma indireta com a participação do GEN que é o grupo maior dessa Câmara.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Peço a manifestação da Klabin sobre esse tema, parece que há algumas discordâncias.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa concede a palavra ao Sr. José Uliano.

O SR. JOSÉ - Eu só queria dizer alguma coisa quando o Sr. Pedro Dias falou sobre audiência pública, e que ele colocou e também outros colocaram que audiência pública é só uma formalidade. Acho que a Lei não é só formalidade. Audiência pública nós pedimos porque temos a necessidade de termos mais conhecimento sobre o que tem no RIMA. As reuniões do GEN que nós estamos participando não estão sendo audiências públicas não. Audiência pública é algo diferente.

Quero dizer que quando ele colocou uma lei que foi cumprida, a lei também diz que a audiência pública deve ser concedida quantas forem necessárias, e está tendo necessidade de se ter audiência pública. Por que não conceder mais, por que não votamos? Será que isso não é direito?

Acho que era importantíssima uma nova audiência pública para a nossa região. É importante para que fique esclarecido o que se passa e o que se tem dentro do RIMA.

Portanto, nós somos os atingidos, estas mudanças estão mexendo conosco. Por isso é que nós voltamos novamente a pedir que seja concedida esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais quem queira se manifestar a respeito do assunto, esta Presidência solicita a todos aqueles que aqui estiveram se manifestando e que pretenderem fazer juntar ao processo que se encontra em nosso poder novos documentos, como aqueles apresentados pelo Dr. Pedro Dias, como os apresentados pelo Dr. Saint Clair, a COPEL ou o Movimento, que o façam o mais rapidamente possível.

Este processo estará à disposição de todos os Senhores Deputados na Diretoria de Apoio ao Plenário, na pessoa do Dr. Mário Cruz, nosso assessor que aqui presente está, para ser consultado pelos Senhores Deputados ou para receber a juntada de novos documentos que, porventura, queiram os Senhores Deputados ou entidades anexar.

Mais uma vez deixamos esclarecido ao Plenário que aguardamos até a próxima terça-feira, dia 29, o relatório da Comissão Especial de Salto Caxias para que neste dia possamos marcar a data de votação desta matéria.

Gostaríamos de agradecer a presença de todos vocês e deixar registrada, mais uma vez, a postura da Assembléia Legislativa de sempre estar aberta para discutir assuntos que interessam à sociedade paranaense e a sociedade como um todo.

Obrigado pela presença de todos.

ESTÁ ENCERRADA A SESSÃO.

Hidrelétricas no Paraná
Energia Firme/Área do Reservatório

